

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO****ETP SIMPLIFICADO****LICITAÇÕES DE MATERIAIS E SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA****CADERNO 1****DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA (DOD)**

Setor Requisitante:	Secretaria de Gestão Predial
Responsável:	Hudson Luiz Guimarães
e-mail do responsável	hudsonlg@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	31-3228-7179
Integrante Demandante:	Rafael Weber Cirino
e-mail do Integrante Demandante:	rafaelwc@trt3.jus.br
Telefone do Integrante Demandante:	31-3228-7177

**APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)**

A estrutura do fórum foi projetada para quatro pavimentos, com fundação profunda do tipo estaca pré-moldada com profundidade média de 13 metros (entre 9 e 16 metros), considerando as características do solo, nível do lençol freático e cargas em 16 pilares, numa estrutura sem vigamentos. A garagem tem o piso apoiado diretamente no aterro compactado existente, elevado à época em cerca de 60 cm, para minimizar impacto de inundação, verificada quando da construção e após a execução das fundações no decorrer de 1988 (Tomada de Preços 09/87).

Em 1995, considerando deformidades no comportamento estrutural da edificação, foi elaborado laudo técnico para intervenções pontuais como enrijecer as lajes, aumentando o índice de rigidez e reduzir esbeltez para estabilização das deformações e foi agregado novo layout, por demanda local, para cômodos no andar térreo, para abrigar serviços de atermização, arquivo, ambiente para os advogados, para posto bancário, ampliação do hall de entrada (melhor acesso à escada, redirecionado dos fundos para a frente da edificação), além de climatização dos ambientes no 1º andar, rede de cabeamento estruturado, novo padrão de energia elétrica e gradil. Para viabilizar as intervenções as alvenarias externas, foram projetadas e executadas em fundação direta (para não acrescentar novas cargas na estrutura de concreto existente) e revestidas na parte frontal por granito verde Ubatuba (convite 53/94).

Em 2008, considerando restrição de acessibilidade ao 1º andar foi instruído processo SUP 27.467/08 para fornecimento e instalação de plataforma na sede da Vara, agregando externamente, pelos fundos da edificação diretamente nos halls de circulação, contrato 08SR055, com a Thyssenkrupp Elevadores S/A., modelo Easy Vertical VE, tipo externo, capacidade 250 Kg, acionamento oleodinâmico, relação 2;1, velocidade 6m/min, 2 paradas, entradas alinhadas, portas abertura esquerda, sobre o piso, vidro temperado 8mm e chapa de aço 0,9mm na cor cinza. À época, pela empreiteira de manutenção predial foi executada fundação com 1,62 x 1,65 x 0,20m em laje de concreto armado apoiada em 4 estacas superficiais, nas extremidades, com previsão de carga de 1.500kg.

Em março de 2019 foi realizada pela DAC Engenharia, inspeção constatando *“rachaduras, trincas e fissuras distribuídas pelas paredes e também pelo piso do nível térreo. Foram observados pontos de infiltração de água na laje de cobertura. Foi comprovado o caráter evolutivo das patologias identificadas na vistoria da Defesa Civil realizada em agosto de 2018.”* Porém observações de maior importância e impacto, não foram identificadas conforme laudo técnico de 22 de abril de 2019, não tendo sido encontrada e identificada fissura em pilares e vigas, concluindo que o imóvel estava em condições de uso, apesar das patologias apresentadas, sem riscos de colapso. As patologias apresentadas apesar de não oferecerem riscos de gravidade, devem ser solucionadas, por apresentarem visualmente um ambiente antiestético gerando preocupação nos usuários.

Em agosto de 2020, doc. e-PAD 21490-2020-2, a Secretária da Vara, apresentou relatório de ocorrência de danos e riscos nº 012/2020 elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil. *“As trincas das paredes daquele andar tornaram-se rachaduras e também houve o aparecimento de novas trincas importantes na sala da OAB, almoxarifado e garagem. No andar superior não foram observadas avarias estruturais importantes. A base do elevador externo apresenta sinais importantes de movimentação. .... pode-se concluir que há uma movimentação do solo e que o estabelecimento não está adaptado para voltar a atender ao público, nem para que os **funcionários voltem a frequentar as áreas sensíveis do prédio.**”*

No doc. e-PAD 21490-2020-3, a Secretária da Vara, apresentou relatório do Corpo de Bombeiros Militar. Foi orientado à Secretária da Vara, *“para que as áreas do hall de entrada, garagem e do elevador sejam interditadas. Quanto à avaliação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, foi verificado pelo relator deste reds e militar mais antigo no local, que no momento da vistoria técnica a edificação não apresentava risco iminente de colapso.”* Em boletim de ocorrência assinado pelo Ten. Marco Antônio de Oliveira Neto e Sol. Mario Henrique Mendes Silva.

Não obstante, ao acompanhamento das intervenções realizadas, e-PAD 21.577/20, 21.579/20 e 23.229/20, considerando variação frequente no lençol freático na região, inclusive com mais de três inundações verificadas no decorrer dos últimos anos, chegando a inundar cerca de um metro no nível do piso do andar térreo, verificou-se recalques nas paredes e pisos do andar térreo, inclusive na fundação direta e isolada das alvenarias de vedação quanto também, proporcionando um recalque diferencial na base da plataforma que distanciou, no topo uma rotação não superior a 5 cm, sem afundamento no alinhamento ao nível dos piso.

A Administração através da SEGPRES, patrocinou a contratação de empresa especializada para inspeção, análise e elaboração de projetos, caderno de encargos, planilhas orçamentárias, para instrução de licitação para contratação de empresa de engenharia para execução das intervenções necessárias à recuperação das estruturas e acabamentos danificados na sede da Vara de Itajubá, contrato 21SR056, e-PAD 27.132/21 e 64/22.

## JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

Após a finalização e entrega do laudo técnico, projeto técnico executivo completo, termo de referência e respectiva planilha orçamentária, com preços unitários se faz necessária a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de engenharia decorrentes das intervenções necessárias de recuperação do térreo.

Como é de conhecimento da Administração, as patologias nas estruturas do piso no nível térreo, isoladas da estrutura da edificação têm se mostrado ao longo do tempo e principalmente após períodos de chuva sendo de extrema importância proporcionar tranquilidade e conforto aos magistrados, servidores e demais usuários do imóvel e a utilização do edifício como um todo, reativando os setores localizados no andar térreo e de forma a recuperar e disponibilizar para utilização a entrada principal.

## PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação para a entrega dos projetos executivos, caderno de encargos e planilha orçamentária termina em agosto de 2022, com a realização das fases interna e externa das contratações, nos meses de agosto e setembro de 2022 e a fase externa para licitação com a efetivação da contratação até o mês de novembro de 2022.

## CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A presente contratação está relacionada com o Objetivo Estratégico 2: *“Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.”*

## CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DE COMPRAS

A contratação da recuperação estrutural dos ambientes no andar térreo e liberação de pavimento térreo do imóvel corresponde ao item 110 do Plano Anual de Aquisições de 2022.

### **CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

Essa demanda está inserida no planejamento orçamentário do TRT/2022.

### **NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO**

Não será necessária a indicação de integrantes técnico e administrativo para a contratação. A equipe técnica da Secretaria de Gestão Predial, em conjunto com o integrante demandante possuem conhecimento para elaborar estudos preliminares e Termo de Referência, mesmo porque, a maior parte dos elementos técnicos foram contratados e elaborados através de contratação específica pela SEGPRES, no final de 2021, uma vez que decorrem das peças técnicas elaboradas no âmbito do contrato 21SR056.

### **CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÃO PRETERMINADA**

Não há solução predeterminada, sendo a presente contratação específica para o caso.

### **CONSIDERAÇÕES DO DECISOR SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Este Tribunal não possui contratação de empresa em vigor, que pudesse abarcar a execução dos serviços previstos para execução dos serviços de engenharia de recuperação estrutural e serviços decorrentes, conforme previsto em projeto já elaborado.

### **ASSINATURA DO DECISOR:**

**Assinatura:** HUDSON LUIZ GUIMARAES:30831237  
0831237

Assinado de forma digital  
por HUDSON LUIZ  
GUIMARAES:30831237  
Dados: 2022.09.06  
15:02:49 -03'00'

**Nome:** Hudson Luiz Guimarães

**Cargo:** Secretário de Gestão Predial

**CADERNO 2**  
**INDICAÇÃO DOS INTEGRANTES TÉCNICO E ADMINISTRATIVO**

Integrante Técnico:	Luís Fernando Rezende Ferreira
e-mail do Integrante Técnico:	luisfrf@trt3.jus.br
Telefone do Integrante Técnico:	(31) 99155-8979

Integrante Administrativo:	Rogéria Beatriz de Oliveira Borges
e-mail do Integrante Administrativo:	rogeriab@trt3.jus.br
Telefone do Integrante Administrativo:	(31) 99336-5990

**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO:**

**Assinatura:** HUDSON LUIZ  
 GUIMARAES:30831237  
 Assinado de forma digital por HUDSON LUIZ GUIMARAES:30831237  
 Dados: 2022.09.06 15:03:22 -03'00'

---

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**CIÊNCIA DO INTEGRANTE TÉCNICO:**

**Assinatura:** LUIS FERNANDO  
 REZENDE  
 FERREIRA:30837530  
 0  
 Assinado de forma digital por LUIS FERNANDO REZENDE  
 FERREIRA:30837530  
 Dados: 2022.09.06 15:43:55 -03'00'

---

**CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO:**

**Assinatura:** ROGERIA BEATRIZ  
 DE OLIVEIRA  
 BORGES:30836637  
 7  
 Assinado de forma digital por ROGERIA BEATRIZ DE OLIVEIRA  
 BORGES:30836637  
 Dados: 2022.09.06 15:14:45 -03'00'

---

**Considerações:**

É importante dar ciência aos indicados acerca das informações contidas no Documento de Formalização da Demanda, sobretudo para que tomem conhecimento dos prazos envolvidos e dos nomes do integrante demandante e do responsável pelo acompanhamento do processo.

**CADERNO 3**  
**ESTUDO PRELIMINAR SIMPLIFICADO**

Unidade Demandante: Secretaria de Gestão Predial

Equipe de Planejamento: Hudson Luiz Guimarães, Rafael Weber Cirino, Rogéria Beatriz de Oliveira Borges

Decisor:	Hudson Luiz Guimarães
Integrante demandante:	Rafael Weber Cirino
Integrante Técnico:	Luís Fernando Ferreira Rezende
Integrante Administrativo:	Rogéria Beatriz de Oliveira Borges

**DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

**Quais são as normas que disciplinam o objeto da contratação?**

- NBR 5674/2012: Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de Manutenção
- NBR 5688 - Sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação - Tubos e conexões de PVC, tipo DN - Requisitos
- NBR 5738 - Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento
- NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de Concreto – Procedimento.
- NBR 6120/2019 - Cargas para o cálculo de estruturas de edificações.
- NBR 6122/2019 – Projeto e execução de fundações.
- NBR 6123/1988 - Forças devido ao vento em edificações
- NBR 6136 - Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Requisitos
- NBR 7170 – Tijolo maciço cerâmico para alvenaria - Especificação
- NBR 7175 - Cal hidratada para argamassas - Requisitos
- NBR 7200 - Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Procedimento
- NBR 7211 - Agregado para concreto - Especificação 7212 - Execução de concreto dosado em central
- NBR 7480/2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado.
- NBR 8041 – Tijolo maciço cerâmico para alvenaria da ABNT
- NBR 8545 - Execução de alvenaria sem função estrutural de tijolos e blocos
- NBR 8681/2003 - Ações e segurança nas estruturas – Procedimento.
- NBR 8798 - Execução e controle de obras em alvenaria estrutural de blocos vazados de concreto
- NBR 8800/2008 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios.
- NBR 9050/2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
- NBR 9077/1993: Saídas de emergência em edifícios
- NBR 9574 - Execução de impermeabilização
- NBR 10821/2017: Esquadrias para edificações
- NBR 10955 – Materiais refratários isolantes – Determinação das resistências à flexão e à compressão à temperatura ambiente.
- NBR 12655/2015 – Concreto de cimento Portland – Preparo, controle e recebimento – Procedimento.
- NBR 13752/1996 - Perícias de engenharia na construção civil.
- NBR 14432/2001 - Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações - Procedimento
- NBR 15200/2012 - Projeto de estruturas de concreto em situações de incêndio
- NBR 14931/2004 - Execução de estruturas de concreto – Procedimento.
- NBR 15200/2012 - Projeto de estruturas de concreto em situações de incêndio
- NBR 15421/2006 - Projeto de Estruturas Resistentes a Sismos - Procedimento
- NBR 15575/2013: Edificações habitacionais – Desempenho

- NBR 16280/2015: Reformas em edificações – Sistemas de gestão de reformas – Requisitos
- NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- IT 08 Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - Saídas de emergência em edificações

#### **Há registro de ocorrências negativas ocorridas em contratações anteriores similares?**

Não existem contratações anteriores similares na mesma configuração.

#### **Quais ações podem ser adotadas para evitar a repetição das ocorrências negativas supracitadas?**

Não se aplica.

#### **Qual a justificativa para a contratação?**

Após a finalização e entrega do laudo técnico, projeto técnico executivo completo e respectiva planilha orçamentária, se faz necessária a contratação de empresa especializada para a execução do reforço estrutural e decorrentes intervenções.

Como é de conhecimento da Administração, as patologias na estrutura de sustentação do piso no andar térreo do prédio têm se mostrado ao longo do tempo e após períodos de chuva, avarias nos acabamentos, com parte do espaço, interditado decorrente do desprendimento das portas em vidro tempero de acesso à sede da Vara e é de extrema importância proporcionar tranquilidade e conforto aos magistrados, servidores e demais usuários do imóvel e a utilização do edifício como um todo, reativando os setores localizados no andar térreo.

#### **A contratação está alinhada com o planejamento estratégico e de compras do TRT3?**

A presente contratação está relacionada com o Objetivo Estratégico 2: “Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.”

A contratação para execução dos serviços de engenharia de recuperação estrutural e liberação de pavimento térreo do imóvel corresponde ao item 110 do Plano Anual de Aquisições de 2022.

#### **Quais os requisitos necessários para o atendimento da necessidade?**

Os serviços de engenharia por empreitada deverão ser executados por empresa experiente em serviços de recuperação estrutural, com reforço nos elementos estruturais, tendo em vista o abatimento nos pisos internos, da garagem, no piso externo que sustenta a plataforma de acessibilidade, e a presença de trincas, fissuras e brechas em paredes de alvenarias.

As atividades serão desenvolvidas a critério da contratada, podendo-se utilizar de horário comercial, períodos noturnos e finais de semana, desde que alinhada ao menor custo e menor prazo, preferencialmente no prazo máximo de 120 dias corridos, atendendo a todos os requisitos e normas de segurança aplicáveis, para execução dos serviços.

As atividades normais na sede da Vara, como audiências e atendimento ao público, deverão ser exercidas de forma remota, no prazo máximo de 120 dias, sendo o acesso ao edifício restrito e em casos excepcionais, no sentido de propiciar redução do prazo de intervenções, redução de risco com paralização pelos transtornos inerentes à execução e facultar possível ocupação de área no térreo, principalmente na projeção da edificação, como escritório da contratada, sala da vigilância, almoxarifado, materiais, equipamentos, instalação sanitária, bem como pela característica de demolição e escavação do andar térreo. Serviços esses que geram muito ruído e resíduos que podem prejudicar a utilização do andar superior com os servidores e o público em geral e comprometer o andamento das audiências.

A empresa deve ser especializada e com know-how na solução escolhida, qual seja: recuperação estrutural, com reforço nos elementos estruturais e serviços decorrentes no imóvel do Tribunal em Itajubá.

- Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de recuperação e manutenção de áreas externas danificadas que possua infraestrutura operacional/ profissional com experiência comprovada através de serviços correlatos e afins.
- A empresa deverá possuir recursos para prestação dos serviços com fornecimento de insumos e maquinários, em quantidade e qualidade, para a demanda.
- Liberação de alimentação de água e energia para desenvolvimento das atividades pela contratante, desde que não prejudique ou interrompa as atividades normais da Vara.
- Liberação de espaço para a guarda de material, ferramentas e equipamentos da contratada, podendo-se utilizar de espaços remanescentes no andar térreo, na projeção do andar tipo, desde que não prejudique a execução dos serviços.
- Liberação de espaço no estacionamento para montagem do escritório da obra, podendo-se utilizar de espaços remanescentes no andar térreo, na projeção do andar tipo, desde que não prejudique a execução dos serviços.
- Garantir o transporte de materiais e insumos, acessos provisórios à obra com espaços e circulação para os profissionais desenvolverem suas atividades.
- Garantir sinalização e uso de equipamentos e elementos de proteção de acordo com normas vigentes.
- Liberação de espaço para apoio ao vigia da obra (contratado pela construtora para o período noturno, pois em horário comercial de 8h às 18h o Tribunal possui segurança contratado), podendo-se utilizar de espaços remanescentes no andar térreo, na projeção do andar tipo, desde que não prejudique a execução dos serviços.
- Para os serviços iniciais de demolição, a empresa deverá tomar todas as medidas de proteção e atender a programa prévio e medidas de proteção.
- A empresa deverá seguir as recomendações informadas no Caderno de Encargos/Memorial Descritivo, nas planilhas orçamentárias e nos desenhos técnicos elaborados pelo projetista, bem como, do Termo de Referência elaborado pelo Contratante.

### **Quais os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto?**

Deverão ser observadas as orientações técnicas contidas na IN nº 01/10 do MPOG/SLTI e no Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, aprovado pela Resolução nº 103, de 25 de maio de 2012, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, especificamente o item “III – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA” e também as orientações contidas neste capítulo.

Diretrizes gerais:

- a- Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Utilização de andaimes e escoras, preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização.
- b- A madeira utilizada na edificação ou no canteiro de obras deve ser de origem legal, e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento, comprovada mediante apresentação do certificado de procedência da madeira (DOF).
- c- Utilização de outros materiais em substituição ao asbesto/amianto.
- d- Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, nos termos da Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.
- e- Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente, ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999).
- f- Emprego de soluções construtivas que garantam maior flexibilidade na edificação de maneira a permitir fácil adaptação às mudanças de uso do ambiente ou do usuário, no decorrer do tempo, e evitar reformas que possam causar desperdício de material e grande impacto ambiental decorrente da produção de entulho.
- g- Emprego de fôrmas pré-moldadas fabricadas em material que permita a reutilização.

h- Conformidade da Madeira utilizada na edificação ou no canteiro de obras com os critérios constantes no item 5.1.8, alínea b. Nos casos de madeira de origem nativa não certificada a sua procedência legal deve ser comprovada mediante apresentação, pelo fornecedor, da Autorização de Transporte DOF (Documento de Origem Florestal) expedido pelo Ibama ou Guia Florestal (GF) emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de âmbito estadual.

i- Utilização de equipamentos economizadores de água, com baixa pressão, tais como torneiras com arejadores, com sensores ou de fechamento automático, sanitários com sensores ou com válvulas de descarga com duplo acionamento.

**Há necessidade de que a atual contratada transfira conhecimento, técnicas ou tecnologias para a nova contratada?**

Não se aplica.

**Quais as soluções disponíveis no mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados?**

O mercado de potenciais empresas especializadas na execução de serviços de engenharia de recuperação estrutural e demais serviços decorrentes que possua responsável técnico habilitado no CREA e/ou CAU poderá atender aos requisitos especificados.

**Caso a quantidade de fornecedores seja restrita, quais são os requisitos que limitam a participação? Estes requisitos são realmente indispensáveis?**

Não há restrição de fornecedores no mercado.

**Qual o método utilizado para estimar as quantidades a serem contratadas? Como este método está documentado?**

As quantidades a serem contratadas foram estimadas a partir do projeto contratado, elaborado por profissional habilitado (Contrato 21SR056). Os projetos e as planilhas com os levantamentos estão anexos a este ETP.

**Há necessidade de insumos cuja previsibilidade não seja possível neste momento? Quais mecanismos devem ser incluídos no TR para tratar desta questão?**

Não se aplica.

**Há contratações similares feitas por outras entidades que possam ser usadas como fonte para pesquisa de novas metodologias, tecnologias ou inovações?**

Não se aplica, pois, a obra de recuperação estrutural é específica para a edificação e seu terreno, tendo a solução de engenharia sido desenvolvida especificamente para solução da recuperação da estrutura do térreo e serviços decorrentes.

**Qual é a descrição do objeto suficiente para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração?**

Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, para execução de serviços de recuperação estrutural, com reforço nos elementos estruturais que apresentam problemas e deficiências, de forma definitiva, para o Fórum da Justiça do Trabalho de Itajubá, com execução dos serviços de demolição e construção do andar térreo com a recuperação estrutural, recomposição de drenagem, redes de esgoto e águas pluviais, acesso ao prédio, reconstrução de infraestrutura de instalações, da instalação sanitária acessível e das salas ocupadas pelo PAB da CEF, OAB e hall de espera, além de piso para vagas de garagem.

**Qual o maior nível de parcelamento da solução? Justifique.**



Lote único. Não é recomendável sua divisão. Não é economicamente viável, pois as empresas especializadas em serviços de engenharia para recuperação estrutural e demais serviços decorrentes, com reforço nos elementos estruturais danificados ou deficientes dominam todos os processos especificados. O local de execução dos trabalhos é único: imóvel do TRT3 em Itajubá/MG. A contratação de duas ou mais empresas dificultaria a fiscalização da obra e, também, a indicação de responsabilidades no caso de problemas observados durante a execução dos serviços.

**Quais são os benefícios diretos e indiretos a serem produzidos com a contratação?**

1. Restaurar as condições de utilização, funcionalidade, segurança e de acabamentos, a fim de garantir tranquilidade e conforto aos magistrados, servidores e demais usuários do imóvel, uma vez que a presença das patologias estruturais no piso isolado da estrutura da edificação, causa preocupação e insegurança ao utilizar as instalações do imóvel.
2. Recuperar o uso do andar térreo, atualmente parcialmente interditado e possibilitar a sua recuperação com sua reconstituição, com execução de fundação e laje de piso, para sustentação dos elementos de vedação ao nível do térreo, de forma a viabilizar futuro funcionamento, para novo prumo, da plataforma de acessibilidade pela empresa de manutenção predial, ou até mesmo ser substituída por outra, por empresa especializada.
3. Conservação do patrimônio público com ampliação da vida útil dos elementos recuperados e mantidos.

**Quais as providências para adequar o ambiente organizacional em que a solução será implantada? Quais serão os agentes responsáveis por esta adequação?**

A contratação gerará impacto durante todo o período de execução das obras e é sugerida a realização das audiências e dos trabalhos da vara de forma remota durante a obra, devido aos transtornos causados como barulho, poeira, presença de maquinário de pequeno e médio porte na área externa do imóvel, evitando, dessa forma, paralisações dos serviços. Além disso, também haverá outros impactos pontuais, como: separação de áreas para estoque de materiais e para instalação de escritório da obra e banheiro para uso da contratada. Neste sentido, todo o andar térreo, no período da execução dos serviços deverá ser interditado e disponibilizado à contratada, exceto, circulação interna e externa, para entrada e saída de pessoas ao andar superior, acesso esse preferencialmente restrito. Também no andar térreo, deverá ser disponibilizado espaço para apoio ao vigia (contratado pela construtora) que atuará no período em que a sede da Vara não estiver funcionando (período noturno durante a semana e vinte e quatro horas nos finais de semana). Tais providências devem ser gerenciadas pelo responsável administrativo da unidade local, sendo este o Secretário da Vara.

**Qual a equipe e a estratégia de fiscalização adequada ao objeto?**

Atuará como FISCAL o servidor da SEGPRE responsável pela manutenção predial da região 03, na qual se localiza a sede da Vara de Itajubá e comissão composta por servidores da SEGPRE, como seu suplente eventual, o seu substituto legal. Visitas periódicas para aferição e medição dos serviços.

**Haverá necessidade de capacitação para a equipe de fiscalização?**

Não será necessário treinamento da equipe de fiscalização para essa contratação específica.

**Haverá necessidade de contratação de serviços de suporte à fiscalização?**

Não, considerando a possibilidade de acompanhamento constante de engenheiros da SEGPRE ao canteiro de obras.

**Qual o prazo limite para a conclusão da contratação?**

Prazo para efetivação da contratação, com assinatura das partes, deve ocorrer tão logo o processo seja finalizado. Prazo para finalização da obra: 120 dias corridos após homologação da contratação.

**Quais as medidas necessárias para buscar a conclusão da contratação em tempo hábil?**

Análise da DADM, SELC, DOF, AJLC, DG e demais setores envolvidos, para posterior encaminhamento até a consecução da contratação.

#### LEVANTAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS:

Risco
Existência de diversas demandas prioritárias de contratações no âmbito do TRT3.
Demora na análise do processo de contratação pelos setores envolvidos.
<b>PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO</b>

**É viável realizar a pesquisa de mercado?**

Sim

**É adequada a pesquisa de preços por meio da técnica Composição de Custos Unitários + BDI?**

Sim, a técnica se adequa perfeitamente a natureza do objeto, viabilizando o emprego dos insumos existentes em bancos de dados oficiais mantidos por instituições públicas.

**No caso de utilização da Composição de Custos Unitários + BDI, quais as fontes de preços a serem usadas e qual a justificativa para sua escolha?**

SINAPI, SETOP, SUDECAP, com fulcro na redação do Decreto nº 7.983:2013, bem como pesquisa de mercado quando inexistentes ou não identificados nas fontes oficiais.

**É adequada a pesquisa de preços pela técnica de avaliação de preços praticados no mercado pelo próprio fornecedor?**

Não, considerando o objeto como um todo.

**No caso de preços praticados pelo próprio fornecedor, há parâmetros que permitam aferir sua razoabilidade?**

Não se aplica.

**É adequada a pesquisa de preços praticados pelo mercado?**

Sim, para os serviços não disponíveis nas tabelas oficiais, conforme pretendido pelo Tribunal.

**Foram encontrados preços de objetos similares no Painel de Preços?**

Não.

**Foram encontrados preços de objetos similares em contratações públicas não suportadas pelo Comprasnet (ex. Bancos de Preços ou sites de outros órgãos) em contratações cuja vigência tenha se expirado há menos de 180 dias?**

Não se aplica, pelas características e condições específicas de execução dos serviços.

**Foram encontrados preços de objetos similares ofertados na internet?**

Não, considerando tratar de serviços peculiares de engenharia, com intervenções em edificação existente e sob condições especiais de execução, atinentes à execução de demolições, execução de fundação e reconstrução de

elementos de concreto e alvenaria de acabamentos e fechamento do andar térreo, que deverá agora ser interligado estruturalmente à edificação existente.

**Foram obtidos preços diretamente junto aos fornecedores?**

Sim, para os serviços não disponíveis nas tabelas oficiais, conforme pretendido pelo Tribunal.

**Há outras formas de pesquisa de preços que possam ser utilizadas?**

Não há.

**Há variações significativas entre os preços obtidos que justifiquem a desconsideração de algum deles?**

Entre as cotações obtidas, considerou-se o menor preço tomado, salvo observações pontuais, assim declaradas, como observações nos campos específicos, devidamente justificados.

**MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS OU PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO**

A tabela orçamentária com as fontes de preços oficiais, bem como as propostas de mercado fornecidas pela empresa MTF contratada para tal fim, estão anexadas ao processo.

**LEVANTAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS:**

<b>Risco</b>
Contratação de empreiteira, que apesar de facultada a vistoria prévia, para verificação das condições locais, não atentem aos custos inerentes de possíveis dificuldades, na realização da obra, e apresentem desconto excessivo em sua proposta, para quando da efetivação dos serviços.
Nível de rigor, definido como responsabilidade da contratada, como orientação e definição de parâmetros para contratação perante o poder judiciário da união, definidos em resoluções em vigor e instruções normativas específicas.
Possíveis situações imprevisíveis, decorrente do fato de se tratar de reforma de edificação, com parte referente à execução de serviços no solo, onde apesar de sondagem realizada, poder-se encontrar elementos de impossível detecção, bem como serviços que constam como demolição e existirem elementos internos, não factíveis de constatação e não apresentados nos projetos referenciais, chuvas não convencionais e fora da normalidade no período das obras, considerando não ser possível, previamente à contratação, quando serão executadas.
Tempo de tramitação, formalização e de toda a fase de planejamento, correspondente à fase interna, excessivo, entre os projetos, especificações e orçamentos contratados até a efetiva contratação.

**A PARTIR DAQUI, APENAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

**AValiação ACERCA DA ESSENCIALIDADE E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS**

**Trata-se de obrigação de fazer, ainda que eventuais entregas de materiais constituam obrigação acessória?**

Sim. A obrigação de fazer da contratada constitui-se em restabelecer a infraestrutura adequada ao funcionamento das atividades da Vara de Itajubá em sua sede própria local.

**A necessidade do serviço se prolonga no tempo, de modo que não é possível vislumbrar seu encerramento, sendo necessária a renovação do contrato em longo prazo?**

Não. A curto prazo, considerando o funcionamento remoto da Vara durante a obra, o caso de chuvas além daquelas normais previstas para o período, poderá ensejar prorrogação das etapas, mas não indefinidamente.

**Eventual falta do serviço pode impactar negativamente na atividade fim da unidade ou em serviço por ela prestado?**

Sim, a não realização dos serviços de engenharia pretendidos impacta na atividade fim deste Regional, na unidade de Itajubá, uma vez que implica em um ambiente inadequado e potencialmente inseguro para jurisdicionados, magistrados e servidores.

**A solução ou parcela da solução constitui um serviço continuado?**

Não.

**Em caso de serviço continuado, qual a duração inicial e a duração máxima do contrato?**

Não se aplica.

**LEVANTAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS:**

Risco
Rescisão do contrato, acarretando interrupção dos serviços prestados.
Ocorrência de chuvas anormais, de maior intensidade no período da obra, ocasionando paralisações dos serviços.
Atraso na execução das obras caso a contratada seja solicitada a interromper serviços poderá repercutir em definição para restrições como dilatação do prazo para atividades presenciais.
Atraso na execução das obras, e as condições de estabilidade e segurança das alvenarias e acabamentos no andar térreo, se degradarem e prejudicar todo o projeto, especificações e orçamentos elaborados, junto à terceiros, com desperdício de todo o investimento realizado pelo TRT3, até o momento, o que poderá provocar, maiores intervenções, quanto maior tempo for necessário para a efetiva contratação.

**DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

A Contratação é viável, conforme demonstrado nas informações anteriores. A viabilidade da contratação se embasa na detalhada especificação e demais peças técnicas desenvolvidas no âmbito do contrato 21SR056.

**ASSINATURA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Integrante demandante:	Rafael Weber Cirino
Integrante Técnico:	Luís Fernando Rezende Ferreira
Integrante Administrativo:	Rogéria Beatriz de Oliveira Borges

**RAFAEL  
WEBER  
CIRINO:127  
370**  
Assinado de forma digital por RAFAEL WEBER  
CIRINO:127370  
Dados: 2022.09.06 15:10:02 -03'00'

**ROGERIA  
BEATRIZ DE  
OLIVEIRA  
BORGES:30836  
637**  
Assinado de forma digital por ROGERIA BEATRIZ DE OLIVEIRA  
BORGES:30836637  
Dados: 2022.09.06 15:16:56 -03'00'

**LUIS  
FERNANDO  
REZENDE  
FERREIRA:30  
837530**  
Assinado de forma digital por LUIS FERNANDO REZENDE  
FERREIRA:30837530  
Dados: 2022.09.06 15:28:07 -03'00'

**Observação:**

**O Caderno 4-PTRS-Plano de Tratamento de Riscos Simplificado não foi inserido neste documento devido à sua extensão (.ODS). No entanto, encontra-se disponibilizado à parte, para preenchimento.**

**CADERNO 5**  
**APROVAÇÃO DA SOLUÇÃO**

Unidade Demandante: Secretaria de Gestão Predial

Equipe de Planejamento: Hudson Luiz Guimarães, Rafael Weber Cirino, Rogéria Beatriz de Oliveira Borges

Decisor:	Hudson Luiz Guimarães
Integrante demandante:	Rafael Weber Cirino
Integrante Técnico:	Luís Fernando Rezende Ferreira
Integrante Administrativo:	Rogéria Beatriz de Oliveira Borges

**MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE DECISORA**

Diante das informações prestadas, a solução delineada no Estudo Técnico Preliminar deverá apresentar melhores resultados entre as possíveis soluções para o problema indicado, sendo devidamente adequada aos interesses da Administração.

**ASSINATURA DO DECISOR:**

**Assinatura:**

HUDSON LUIZ  
GUIMARAES:30831237

Assinado de forma digital por HUDSON  
LUIZ GUIMARAES:30831237  
Dados: 2022.09.06 15:04:09 -03'00'

**Nome:**

**Cargo:**